

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO: DO TRABALHO DOCENTE AO CURRÍCULO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO

PAULA FERNANDA RODRIGUES BRUM¹; MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO²

¹Universidade Federal de Pelotas – professorapaulafernanda@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mauro.pino1@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de um projeto de pesquisa aprovado para o Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, que tem por objetivo pesquisar a implementação da política educacional da Escola em Tempo Integral no que diz respeito ao trabalho docente e ao currículo na formação do sujeito em duas escolas da rede pública da regional Azonasul, no estado do Rio Grande do Sul. Está sendo desenvolvido no âmbito do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública (GIEP).

A trajetória das políticas educacionais no Brasil reflete muito as transformações sociais, políticas e econômicas do país ao longo dos anos. Desde o período colonial, a educação no Brasil foi marcada por inúmeras influências religiosas e pela exclusão de uma parcela considerável da população. A partir da Proclamação da República, houve a criação de um sistema educacional mais estruturado. Já com a Constituição de 1934, por exemplo, a educação foi estabelecida como um direito de todos e responsabilidade do Estado. Nas décadas seguintes, diversas reformas educacionais foram implementadas, no entanto, a desigualdade educacional persistiu e persiste ainda, especialmente entre as regiões do país.

A proposta de Educação em Tempo Integral começou a ter ênfase no Brasil a partir de 1950, com as Escolas Parque, idealizadas por Anísio Teixeira, na Bahia. Na década de 1960 foram criados em São Paulo os Ginásios Vocacionais que tiveram atividades até 1969, atendendo em tempo integral os alunos do ensino secundário, sendo estes em sua maioria de classe média a baixa. Nos anos de 1980, a educação integral teve maior representatividade com o Centro Integrado de Educação Pública - CIEPs, no Rio de Janeiro. A partir da atual Constituição Federal, foi instituído o pleno direito à educação, proporcionando a expansão da educação integral no país, trazendo a ideia de uma educação que não só contemple aspectos acadêmicos, mas também de desenvolvimento integral do sujeito. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA também reforça a ideia de educação em tempo integral reconhecendo o direito das crianças e dos adolescentes a uma educação que contemple seu pleno desenvolvimento. A partir do ano de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, há um amparo legal para que se implementem programas que incluam atividades pedagógicas diversificadas, culturais, sociais e esportivas. A contar da chegada da LDB é possível observar uma ascensão de programas educacionais pautados também na perspectiva da Educação em Tempo Integral. Em 2001, foi instituído o Plano Nacional de Educação - PNE, instrumento que serviu para direcionar as políticas educacionais no país, estabelecendo metas voltadas para a universalização do ensino. No ano de 2007 surge o Programa Mais Educação, do

MEC, com o objetivo de ampliar a jornada escolar, oferecendo atividades que viessem a enriquecer a formação dos alunos. Neste programa era possível oferecer atividades culturais, de reforço escolar, esportes e lazer. O PNE de 2014 também reforça a importância da Educação em Tempo Integral, incorporando agora metas específicas para essa temática. A meta 6 do PNE de 2014 trata de oferecer Educação em Tempo Integral em pelo menos 50% das escolas públicas, com o objetivo de atender, no mínimo, 25% dos alunos da educação básica.

Em 2016, retorna o Programa Mais Educação, agora denominado Programa Novo Mais Educação - MEC, com o mesmo viés e objetivo do programa anterior, buscando ampliar a jornada escolar e fortalecer a educação integral. Em 2017, temos então a chegada da BNCC, estabelecendo aprendizagens essenciais ao longo da trajetória escolar, com destaque para a educação integral. Assim, no ano de 2023 é criado pelo governo federal o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640/2023, que está sendo implementado nas redes de ensino que pactuaram matrículas para a Educação em Tempo Integral.

A Educação em Tempo Integral é considerada atualmente uma política educacional importante para promover a equidade educacional e o desenvolvimento integral dos estudantes e tem feito parte das agendas de governo de inúmeros candidatos ao longo dos anos. A maioria das políticas educacionais são processos que irão perpassar todos os espaços escolares e impactar todos aqueles que são envolvidos por essas políticas, principalmente os/as professores/as que atuam nesses espaços escolares.

Neste sentido, é importante considerar que as políticas educacionais são criadas pelos governos ou, para atender sua agenda de governo, pelas suas agências ou ainda pelos seus investidores, que possuem grande influência na elaboração de políticas educacionais, principalmente aqui no Brasil. Conforme BALL, MAGUIRE BRAUN (2016) “professores, e um elenco cada vez mais diversificado de ‘outros adultos’ que trabalham dentro e em torno das escolas, sem mencionar os estudantes, são deixados de fora do processo da política”, ou seja, sempre que uma política educacional é construída ela passa por diversos processos desde sua idealização, elaboração e a colocação em prática; entretanto, muitas vezes, quem a colocará em prática não faz parte do seu processo de elaboração. Neste sentido, analisaremos uma política educacional e seu reflexo no que diz respeito ao trabalho docente e a formação dos sujeitos, amparado na metodologia de Ball, Maguire e Braun.

2. METODOLOGIA

Tendo em vista que este trabalho trata-se de um estudo a ser realizado, com uma perspectiva qualitativa e visando analisar a implementação da política de Educação em Tempo Integral em escolas públicas da rede municipal de ensino de dois municípios da regional Azonasul, na pesquisa pretende-se analisar uma política educacional e seus desdobramentos no que diz respeito à formação e atuação docente e a construção do currículo escolar na perspectiva da Educação em Tempo Integral, amparado na abordagem do Ciclo de Políticas de Ball. A pesquisa pretende ser desenvolvida com profissionais que atuem nas redes municipais de ensino dos municípios que realizaram a adesão ao Programa Escola em Tempo Integral e que tenham implantado a política educacional nos anos finais do Ensino Fundamental. Como ponto de partida será realizado o mapeamento dessas redes de ensino; posteriormente será feita a identificação

desses/as docentes, concluindo com um grupo focal para a discussão sobre o trabalho e formação docente e o currículo escolar da política educacional em estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O percurso da Educação em Tempo Integral no Brasil tem ganhado destaque nas últimas décadas como uma estratégia para melhorar a qualidade do ensino e promover a inclusão social. O conceito de tempo integral vai além da ampliação da carga horária, buscando oferecer uma formação mais completa e diversificada aos estudantes, integrando atividades acadêmicas, culturais, esportivas e de lazer. Conforme expresso no portal do Ministério da Educação e Cultura - MEC, o Programa Escola em Tempo Integral é um “Programa do Governo Federal para fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica na perspectiva da educação integral”, priorizando os estudantes de maior vulnerabilidade social. Posto isso, analisaremos o resultado dessa política a partir da abordagem dos contextos da influência, da produção de texto e da prática. Desta forma, fazendo-se uma primeira interpretação desta política educacional, entende-se inicialmente que o objetivo é a ampliação de uma carga horária diária, que passa de 4h para igual ou superior a 7h diárias, com propostas pedagógicas alinhadas à BNCC, segundo site do MEC.

Assim, pesquisaremos uma política educacional e seu reflexo no que diz respeito ao trabalho docente e a formação dos sujeitos, amparado na metodologia de Ball, Maguire e Braun (2016). Quando uma política chega à escola “existem interações e acomodações entre as políticas obrigatórias, as histórias institucionais e os compromissos – isso faz parte do trabalho de interpretação e produção” (BALL, MAGUIRE e BRAUN, 2016, p. 20). No processo de interpretação é que se começa a dar um “real” sentido à política, pois é a partir da interpretação dessa política que surgem as possibilidades de colocá-la em prática. Sendo assim, uma política educacional tem inúmeras possibilidades de interpretação, e isso também terá reflexo de acordo com o contexto dos sujeitos que a colocarão em prática.

Neste sentido, esta política educacional da Educação em Tempo Integral também está sujeita a inúmeras interpretações, bem como citam BALL, MAGUIRE e BRAUN (2016, p. 14) “as políticas raramente dizem-lhe exatamente o que fazer, elas raramente ditam ou determinam a prática”, ou seja, elas acabam por envolver processos interpretativos, levando em consideração os contextos, as diferentes interpretações do texto da política e todos os contornos que ela enfrenta até que seja contemplada na forma como foi idealizada.

A implementação de uma política educacional de Educação em Tempo Integral, a partir da observação do cenário educacional atual, pode enfrentar diversos obstáculos, como a falta de infraestrutura das instituições escolares, déficit de profissionais da educação e formação de professores/as em defasagem para atender à demanda da educação em tempo integral e ainda certa resistência de comunidades escolares. Compreender esses desafios torna-se fundamental para pensar e propor diálogos que possam aprimorar a política em estudo e sua implementação nos espaços escolares.

4. CONCLUSÕES

Sempre que alguma política educacional chega à escola ela faz com que o/a docente precise rever aquilo que por ora já esteja habituado ou, ainda, procurar novos meios de atender a novas demandas. O professor e a professora podem ser provocado/a a rever sua metodologia de ensino, a ampliar seu conhecimento, e até a investir em materiais didáticos para atender a demanda do seu trabalho.

Destarte, é relevante considerar que nem todos/as docentes interpretam a política da mesma forma e que isso é um fator relevante na hora de colocá-la em prática. Para além da implementação de uma política educacional no espaço escolar, é preciso pensar qual tipo de formação os/as docentes tiveram ou têm acesso para colocar a política educacional em ação, uma vez que só a chegada da política educacional até a sala de aula não garante a sua implementação nos moldes em que tenha sido idealizada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S.J., MAGUIRE, M., BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa. Ed. UEPG, 2016, 220 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF : Inep, 2015

BRASIL. **Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017

BRASIL. **Programa Escola em Tempo Integral**. Ministério da Educação. Acessado em 23 de Agosto de 2025. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>

BRASIL. **Lei nº 14640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral**. Acessado em 23 de agosto de 2025. Online. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm.